

AS RELAÇÕES RACIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Neuza Guareschi*
Fernanda Pacheco de Oliveira#
Letícia Goldenberg Giannchini#
Luciele Nardi Comunello#
Milena Leal Pacheco#
Milena Nardini#

RESUMO. Este estudo objetiva mostrar como questões raciais permeiam a vida de jovens de uma favela, considerando seu contexto e procurando compreender como esses jovens se apropriam de determinados discursos, e por conta disso, produzem sentidos quanto às situações frente às relações raciais. Estes jovens estudam em uma escola municipal deste ambiente e participaram de discussões de grupo e entrevistas. A compreensão dos dados baseou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Produção de Sentidos, dentro da perspectiva do campo dos Estudos Culturais. Os discursos que objetivam raça têm como correlatos enunciados acerca do cotidiano, de temas abordados pela mídia e da discriminação entre classes sociais, atravessados pela questão das diferenças. Os sentidos produzidos remetem a contestações e resistências, sinalizando mobilizações em relação à discriminação racial, quando tomam determinado discursos como verdadeiros e outros não. Porém, em outros momentos, produzem sentidos que reforçam uma hegemonia discursiva e sua acomodação frente a esta.

Palavras-chave: estudos culturais, produção de sentidos e políticas de identidade.

RACIAL RELATIONS ON IDENTITIES CONSTRUCTION

ABSTRACT. The purpose of the present study is to show how racial issues permeate boys and girls lives in the slum areas, taking their context into consideration and trying to understand how they transform and resist to different situations related to racial relationships. The individuals who took part in group discussions and interviews study in a local municipal school. The data analysis was based on Meaning Production theoretic and methodological approach within Cultural Studies. The discourses about race are associated with aspects of their everyday life, media themes, discrimination and social classes differences, through a discourse that refers to inequalities. The produced meanings show contestation and resistance, signaling social mobilizations related to racial discrimination. However, they produce meanings that come to reinforce a hegemonic discourse and their adaptation to it.

Key words: cultural studies, meaning production, identity politics.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta-se como parte de uma pesquisa maior, que teve como objetivo investigar o processo de construção da identidade de meninos e meninas entre 15 e 18 anos, de uma 5ª e uma 8ª série do Ensino Fundamental de uma escola municipal da Zona Leste de Porto Alegre, localizada em uma comunidade de periferia. Considerando-se as práticas

cotidianas desses adolescentes, procurou-se compreender como estes constroem suas identidades a partir dos sentidos que são produzidos em seu cotidiano, nas relações que estabelecem, através das diferenças que os caracterizam.

O processo de construção das identidades se dá nos espaços da família, da escola, da rua e da comunidade onde vivem, entre outros. Tais espaços

* Professora Doutora Orientadora do Grupo de Pesquisa 'Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas' do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS.

Endereço para correspondência: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Campus Central. Av. Ipiranga, 6681, Faculdade de Psicologia/Programa de Pós-Graduação. Prédio 11 (9º andar), 90619-900, Porto Alegre. E-mail: nmguares@pucrs.br

Bolsista de Pesquisa do Grupo 'Estudos Culturais, Identidades/Diferenças e Teorias Contemporâneas' do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS; financiamento: FAPERGS, PIBIC/CNPq e BPA-PUCRS.

são constantemente atravessados por questões ligadas à pobreza, à violência e ao trabalho, questões essas que tomam forma, ganham visibilidade através das práticas cotidianas e são objetivadas de diferentes modos em diferentes momentos e contextos. Tendo-se em vista suas relações de gênero, raça, classe social e sexo, buscou-se problematizar a construção dessas identidades através da luta e resistência que travam em busca do reconhecimento das diferenças e das possibilidades de transformação de sentidos hegemônicos. Neste artigo, daremos atenção especial a aspectos relacionados às questões raciais.

Assim, este estudo, que se situa no campo dos Estudos Culturais¹, busca demonstrar quanto esses e essas jovens são interpelados por sentidos construídos em seu cotidiano que se inter cruzam constantemente no processo de construção de identidades e produção de subjetividades. Para a compreensão desses temas, foram utilizados aspectos teórico-metodológicos dos Estudos Culturais, a partir da discussão que esse campo de estudo realiza sobre os conceitos de cultura, de identidades, de Produção de Sentidos² e das Políticas de Identidade. Estes referenciais apontam para a necessidade de se deslocar a idéia de cultura do âmbito da reprodução para uma posição onde a ação social é considerada de suma importância, visto que o poder é compreendido como força constitutiva de todo o tecido social, ação sobre outras ações possíveis. Por esta razão, o objeto de estudo do ponto de vista dessa perspectiva se concentra no espaço popular das práticas da vida cotidiana, como no caso deste estudo, relacionando-as com as relações de poder, as lutas políticas e a construção de identidades.

ESTUDOS CULTURAIS: CULTURA, IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Esse trabalho tem seu suporte teórico-epistemológico fundamentado no debate que estamos realizando entre a compreensão de alguns autores do campo dos Estudos Culturais (Hall, 1990; Silva, 2000), sobre identidades e diferença e de como a Psicologia Social pode rediscutir suas formulações teóricas em relação a esse tema. É importante ressaltar

que, embora determinados conceitos e compreensões sejam característicos dos Estudos Culturais, são também utilizados por outras perspectivas, por outros campos. Temos como exemplos disso a ampliação do conceito de cultura, o abandono de posturas etnocêntricas, bem como a compreensão de tudo em seu contexto.

Nelson (1995) afirma que, apesar de os Estudos Culturais rejeitarem uma espécie de definição, podemos nos arriscar a oferecer uma que seja muito geral e genérica. Isto ajudaria a mapear a diversidade de posições e tradições que podem, legitimamente, reivindicar seu nome. Para o autor, esta escola se constitui de um campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contradisciplinar. Dessa forma, se utilizam todas as disciplinas que forem necessárias para produzir o conhecimento exigido por um projeto particular. Por isso, Johnson (1986) define essa escola como uma alquimia para produzir conhecimento útil sobre a cultura humana, que propõe o uso de um referencial teórico de análise e compreensão do objeto de estudo a partir de diferentes disciplinas.

A cultura é um dos operadores conceituais mais importantes para os Estudos Culturais, por se apresentar tanto em um sentido “substantivo”, ao se localizar na estrutura empírica e na organização das ações, instituições, relações sociais, quanto em um sentido “epistemológico”, por transformar as formas de conhecimento e conceitualização que modificam a própria experiência do real. Tal concepção de cultura surge no momento em que se trata de uma “centralidade da cultura”, no que diz respeito à constituição da experiência humana, assim como às relações sociais que a envolvem. Desta forma, a cultura prolifera nas esferas públicas e privadas da vida. Como assinala Hall (1997, p. 23), um dos principais teóricos dos Estudos Culturais, a cultura “não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como sua vida interior”.

Um dos primeiros efeitos dessa compreensão diz respeito a não se operar com a divisão entre uma *cultura popular* e uma *cultura de elite*, devido ao fato de cultura trazer em si a idéia de organização e possibilidades de criação, seja em que tempo-espaço for. Além disso, cultura deveria ser compreendida segundo o contexto-histórico, político e econômico do qual emerge, ao mesmo tempo que o constitui. Isso produz um segundo efeito: o de não separar o

¹ Maiores informações sobre o campo do conhecimento dos Estudos Culturais e seus enfoques teóricos e metodológicos podem ser encontrados nos seguintes trabalhos: Escosteguy, 2000; Hall, 1990; Hall, 1980; Johnson, 1986; Nelson, 1995; Guareschi, no prelo.

² O referencial da Produção de Sentidos se funda a partir do paradigma do Construcionismo Social, embora seja igualmente utilizada por outras perspectivas.

cenário histórico, político e econômico da produção cultural.

Nas palavras de Hall, a cultura significa “o terreno real, sólido, das práticas, representações, línguas e costumes de qualquer sociedade histórica específica”, como também, “as formas contraditórias de ‘senso comum’ que se enraizaram na vida popular e ajudaram a moldá-la” (Hall, 1986, p.26).

A compreensão do contexto histórico, é importante atentar, que não diz respeito à descrição e análise de fatos e acontecimentos, e sim, a aspectos desse campo que os produz e os modifica, possibilitando o aparecimento desses fatos e acontecimentos. Essas contribuições encaminham o conceito de cultura para um espaço privilegiado de transformação do ser social, bem como a respostas às mudanças sociais.

Para Silva (1999), a idéia de “construção social” tem funcionado como um conceito unificador dos Estudos Culturais. Este campo de estudo nos lembra que os sentidos que o mundo cultural e social estabelece de forma hegemônica, através da interação social, acabam sendo percebidos como naturalizados, mascarando a origem e a complexidade desse processo. Como nas demais disciplinas, esse também é o propósito da Psicologia Social: expor o processo de construção social.

Hall (1980) afirma que dois passos estão envolvidos em uma nova formulação do sentido de cultura, que surge a partir de mudanças paradigmáticas nas ciências sociais e humanas identificada como “virada cultural”, expressão utilizada pelo próprio autor quando coloca que, com a perspectiva de centralidade da cultura, esta passa a ser considerada como constitutiva da vida social e não somente como uma variável dependente. O primeiro passo é um movimento em direção a uma definição antropológica de cultura, como prática cultural (conjunto de normas, valores, regras, costumes,...), na qual o sujeito produz e reproduz a cultura, mas é tomado como algo ao lado ou fora dela e não como constituído nela. O segundo vai em direção a uma definição mais histórica de prática cultural, questionando o significado antropológico enquanto universalidade que se instala por meio dos conceitos de formação social, poder cultural, dominação e regulação, resistência e luta, ou seja, cultura passa a ser objetivada como um território de lutas e contestações através do qual se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais.

No processo de construção das identidades, explicita-se a produção destas pela diferença, mostra-

se que discriminação não resulta da diferença. A discriminação fixa determinadas significações, enquanto a diferença nos permite legitimar o que somos. Desta forma, o processo de construção das identidades sempre se refere a um “outro”, ou seja, “eu sou algo a partir daquilo que eu não sou”, ou “eu não sou o que o outro é”. As pessoas constroem suas identidades a partir das diferenças do que “eles e elas não são” e do que “eles e elas não possuem” (Hall, 2000; Silva, 2000).

Enfim, a transformação do significado de cultura - de textos e representações para práticas de significação - tornou possível considerar as produções de sentidos em correlação com estratégias de poder e, por isso, com práticas políticas. Ou seja, as práticas culturais são interpelativas, isto é, nos incitam a ser como dizem que somos, nos tornam governáveis, mas sempre, como foi escrito anteriormente, através de jogos de força, de imposição e contestação de sentidos.

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS E O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

A partir desse processo, coloca-se em foco a produção de sentido, que se funda a partir do paradigma do Construcionismo Social³. O Construcionismo Social, que traz a importância de uma epistemologia que tem a formação discursiva e o processo de significação como principais pressupostos, propõe a constatação de que a representação é da ordem dos sentidos que o sujeito atribui, tanto no seu âmbito consciente quanto não, ao seu contexto social e cultural. Dessa forma, busca-se inquirir o que os sujeitos dizem, pensam e atuam acerca dos sentidos que constituem o mundo, e, de modos diversos, o próprio sujeito.

Os discursos, as relações de poder e o contexto histórico na construção das identidades sociais e culturais são considerados fatores essenciais, na medida em que a produção de sentidos consiste em um deslocamento na rede discursiva. A partir da concepção foucaultiana, entende-se discurso como aquilo que fabrica os objetos dos quais fala, incluindo-

³ A perspectiva teórica do Construcionismo Social pode ser considerada como resultante de três movimentos: na Filosofia, como reação ao representacionismo; na sociologia do conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade; e na política, como busca, através da educação de grupos sociais ditos subordinados, de adquirirem meios de fortalecimento para fazer frente aos discursos hegemônicos (Spink e Frezza, 1999).

se aí os sujeitos. Ao mesmo tempo, essas fabricações se dão em um território de lutas por imposição de determinados sentidos e não de outros, os quais vão forjar não aquilo que se é, mas aquilo que nos tornamos.

Uma vez que as práticas sociais são históricas e fazem nascer novas formas de sujeito e de sujeitos de conhecimento, a cultura está diretamente relacionada à produção de sujeitos que se constituem no interior da história e que estão, inevitavelmente, presos a ela, como sugere Fischer (2001, p. 26): “Falar de cultura implica falar de um campo muito específico, qual seja, o da produção histórica e social de significações numa determinada formação social”, através do qual damos sentidos às nossas vidas e, por conta disso, nos tornamos sujeitos. Aprender o sujeito de forma não essencializada, histórica e culturalmente constituído, implica operar dentro de uma perspectiva em que o sujeito nunca é idêntico a si mesmo por todo o sempre, já que guarda uma abertura para o tempo, um tempo histórico que o vai posicionar na diferença e não no mesmo, através dos tempos. O que se repetiria, neste caso, seria a produção, a potência de diferenciação, e não o sujeito.

Os atravessamentos são múltiplos, portanto, não serão somente a escola, a religião, a sexualidade, a raça, a classe social que produzirão sentidos e ao mesmo tempo darão a segurança e a estabilidade de supostos referenciais. A mídia, a ciência, as migrações também ocuparão esses lugares, e com a rapidez com que produzem novos sentidos, constituirão permanentemente novas práticas de significação. Ao mesmo tempo em que determinados grupos sociais visam impor permanentemente práticas de significação particulares, os movimentos de contestação também serão permanentes. Como o próprio Foucault (1995) já alertava: “Onde há poder, há resistências”; mas essas resistências não são compreendidas como uma grande recusa, e sim como pontos que emergem em todo o tecido social.

Aqui entra a perspectiva das Políticas de Identidade, que são tomadas como movimentos de resistência e produtores de novos sentidos, ao não se deixarem inscrever-se em determinadas posições de sujeito, e por determinadas posições de sujeito, produzem novas posições, novas práticas de significação.

AS POLÍTICAS DE IDENTIDADE E AS LUTAS POR IMPOSIÇÃO DE SENTIDOS

Da afirmação da diferenças, e portanto das lutas por imposições e negociações de sentidos, nascem as

Políticas de Identidade⁴, que surgem em um cenário no qual se tentava impor a cultura como categorias universais, como sistemas de significação que pretendiam expressar o humano e os grupos sociais segundo categorias universais e naturais pré-estabelecidas, de acordo com critérios ditos como reais, como materiais, como anteriores à experiência que se fazia deles.

As Políticas de Identidade são organizações de contestação que não se fazem pelo igual, mas pela diferença; não são lutas pela imposição da supremacia de uma identidade, constituem-se justamente na diferença, naquilo que não são, não em termos materiais, mas em termos discursivos. Dito de outro modo, as Políticas de Identidade mobilizam-se nos espaços de articulação⁵ de sentidos, de práticas de significação, produzidas a partir da composição de determinadas formações discursivas, nas quais os sujeitos são posicionados e se reconhecem como sujeitos, não por aquilo com que se identificam, mas por aquilo que identificam como diferença.

É importante colocar que a diferença também não é tomada aqui como categoria universal e natural. A diferença e as identidades constituem-se em campos discursivos histórico e culturalmente contingentes e, portanto, edificações em determinados tempo- espaço.

Assim, as Políticas de Identidade procuram compreender ações coletivas e individualizadas, bem como a produção de sentidos e, em decorrência disso, a construção das identidades como um processo lingüístico, cultural e social, que se dá a partir destas diferenças, travando lutas por imposição de sentidos. Procuram também compreender a complexidade da produção dos estatutos identitários e, por conta disso, dos processos de subjetivação.

Na Psicologia Social, a concepção de Políticas de Identidade, como efeito dos novos movimento sociais, vem contribuir no sentido de que se modifique a noção de identidade como algo que está posto, imutável, fixo. Desta forma, a construção das identidades se processa através de diferentes atravessamentos, o que implica dizer que as identidades são históricas, fluidas

⁴ Discussões acerca do tema das Políticas de Identidades são realizadas em literaturas como, Guareschi, 1999; Guareschi, 2000.

⁵ Para Hall (1996), a teoria da articulação “é a forma de conexão que pode fazer uma unidade de dois elementos diferentes, sob certas condições. É uma ligação que não é necessária, determinada, absoluta e essencial para todos os tempos. A assim chamada ‘unidade’ de um discurso é na realidade a articulação de elementos diferentes, distintos que podem ser articulados de modos diferentes porque não têm necessária pertença” (p.115).

e não fixas. Dessa forma, diferentes sentidos são produzidos em diferentes momentos e contextos e podem ser entendidos como formas de resistência e/ou tentativas de transformação de práticas hegemônicas.

As Políticas de Identidade abordam uma perspectiva importante principalmente em relação à compreensão da produção de novos sentidos, a partir das interpelações discursivas. Aqui também as questões teóricas sobre discurso têm uma dimensão importante para a compreensão dos grupos sociais e suas intersecções na construção de identidades como modos de resistência à imposição de determinados sentidos cultural e socialmente produzidos. Essa construção se dá em espaços como os da escola, da família e de outras instituições, considerados como locais que fabricam identidades constituídas pela relação discursos/materialidades das experiências de vida.

São produzidas no interior de práticas de significação, por isso adquirem uma materialidade discursiva real, tornam-se o real nos espaços de articulação, de hibridização de sentidos, em que está em jogo uma multiplicidade de categorias referenciais que se fazem a todo o momento, marcando, instituindo e constituindo novas formas dos grupos sociais definirem a si próprios e serem definidos pelos outros. Não se trata, portanto, de um processo dialético em que dois termos originais e antagônicos são combinados e sintetizados em um terceiro termo. Pelo contrário, referimos que os espaços de articulação, de hibridização envolvem uma polifonia de sentidos que são produzidos cotidianamente e que implicam não no fortalecimento de uma ou outra identidade, mas na desestabilização contínua dos marcadores identitários, pela produção contínua da diferença.

Todas as questões acima discutidas se inter cruzam para compreender a construção das identidades, neste artigo, especificamente, da identidade racial.

A PESQUISA: ALGUMAS NOTAS METODOLÓGICAS

Contexto da pesquisa

A partir de conversas realizadas com professoras e moradores da comunidade, bem como de observações feitas no local onde se realizou a pesquisa, foi sendo possível conhecer e caracterizar o contexto em que esta foi realizada e onde vivem os participantes.

A escola na qual as entrevistas e discussões de grupo foram realizadas é caracterizada por ter a participação da comunidade, já que programas

escolares, pedagógicos e administrativos, bem como a realização de festas na comunidade, são discutidos e decididos em conjunto com a população da vila. Através do número decrescente de alunos das séries podemos perceber a questão do fracasso e a evasão escolar. A escola inicia com nove turmas de primeira série e chega à oitava série com apenas uma turma. A maioria dos alunos entre a quinta e oitava série situa-se numa faixa etária entre 15 e 18 anos, época em que acontece o maior número de reprovações e evasões. A maioria dos/as participantes desta pesquisa possui pelo menos uma reprovação.

Considerando os modos de vida da e na que os interpelam sobre a construção favela, procuramos entender os sentidos produzidos nesse contexto, das identidades nos espaços que habitam, na comunidade e fora dela, onde desenvolvem lutas ininterruptas para não se tornarem marginais. Ao mesmo tempo estratégias emergem no sentido de tornar ou não a vida diferente quando, por exemplo, os discursos valorizam o fato de estar na escola e ser trabalhador como o oposto de ser um malandro, um traficante ou marginal, que fica nas ruas todo o tempo.

Para estudar os múltiplos atravessamentos que fazem parte do processo de construção das identidades é necessário lançar o olhar para além desta realidade, ou seja, para compreender outras culturas é não apenas necessário escutar e observar, mas principalmente ir para espaços que não são dominados por discursos acadêmicos. Assim, uma das características das pesquisas situadas no campo dos Estudos Culturais é o abandono de posturas etnocêntricas e a compreensão de tudo em seu contexto. Os contextos existem como campos de cultura que produzem significados específicos para aqueles que os criam, transformam e neles vivem. A comunidade que descreveremos representa um destes contextos. Seu complexo contexto social está cercado por estruturas geográficas específicas, práticas históricas e culturais, e problemas econômicos e políticos.

A comunidade pesquisada começou a ser formada em meados da década de 70 e, como a maioria das vilas de Porto Alegre, é resultado do êxodo rural. Em função das situações precárias nas quais as pessoas chegaram da zona rural à favela, os espaços que tiveram para estabelecer suas casas eram pequenos e em geral essas foram construídas com materiais frágeis, tornando-se moradias bastante precárias. Embora a procura por trabalho e a busca por uma vida melhor fossem as razões principais pelas quais as famílias dos estudantes deixaram a zona rural, outros motivos também determinaram o movimento de suas famílias das áreas rurais para as favelas.

Assim, os sentidos de viver em uma favela podem ser compreendidos, algumas vezes, como viver excluído da sociedade e não considerar a si mesmo um cidadão. É considerado o oposto de viver em edifícios, casas boas e bairros "limpos". Assim, ser um favelado pode ter um significado negativo e pejorativo que indica morar em lugares sujos, em que faltam estruturas físicas e materiais, e não possuir qualificações especiais para o trabalho, ou mesmo uma boa aparência pessoal. Nesse sentido, este estudo visa a problematizar os hibridismos, ou seja, a multiplicidade de inter cruzamentos, produzidos em torno das fixações das identidades e diferenças, em que um dos modos de vida é privilegiado e o outro não.

Participantes

Participaram dessa pesquisa 16 jovens - 8 meninas e 8 meninos - entre 15 e 18 anos, que nasceram e sempre viveram nesta comunidade, com exceção de um dos meninos. Os alunos freqüentam a escola no turno da manhã. As meninas geralmente permanecem em casa pelo turno da tarde fazendo trabalhos domésticos ou tomando conta de irmãos. Os meninos, por sua vez, auxiliam na renda familiar executando algum tipo de trabalho, ou ficam pela rua jogando bola ou conversando com amigos. A maioria deles residem com as mães e com irmãos e, em alguns casos, com avós e com os pais.

MÉTODO DE PESQUISA E DE ANÁLISE

Foram realizadas 16 entrevistas individuais e 6 grupos de discussão, entre os quais 2 grupos mistos da 8ª série e 2 da 5ª série, um grupo somente com meninas e outro somente com meninos. Os grupos foram semanais e tiveram duração aproximada de uma hora e trinta minutos, durante um período livre, entre as aulas. Os grupos iniciavam discutindo seu dia-a-dia na escola e, quando este assunto parecia esgotar-se, eram colocadas questões sobre o cotidiano de sua vida na favela. Procurou-se explorar todas as formas de interação social que os alunos e alunas estabeleciam na comunidade. Nas entrevistas procurou-se aprofundar questões específicas que surgiram nos grupos no que dizia respeito aos aspectos de gênero, raça, sexualidade, classe social, violência, pobreza, trabalho, lazer, nas interações nos espaços da casa, da rua e da escola. Essas entrevistas não tinham um roteiro prévio estruturado, porém as perguntas estavam relacionadas a questões do seu cotidiano e de como é viver naquela comunidade.

O processo de análise dentro do Construcionismo Social se propõe a compreender os sentidos produzidos pelos sujeitos. Em nossa pesquisa, procuramos entender como são estabelecidas as práticas discursivas que emergem da produção dos sentidos de jovens em seu cotidiano, oportunizando, a partir disso, a construção de um novo conhecimento.

Assim, após a transcrição dos grupos e das entrevistas, em um primeiro momento, procuramos "deixar aflorar os sentidos, sem encapsular os dados em categorias, classificações ou tematizações definidas *a priori*" (Spink e Frezza, 1999, p. 106). A elaboração de quadros/ mapas para análise foi realizada de maneira a propiciar a visualização dos sentidos produzidos por eles, dos quais emergiram as temáticas discutidas acerca das relações raciais.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Ao longo das discussões realizadas, diferentes questões foram abordadas. Estas remetem à construção de uma identidade racial atravessada por aspectos do seu cotidiano, como a discriminação e as diferenças sociais, demonstrando a possibilidade de resistência a discursos hegemônicos, através da produção de sentidos diversos.

Com relação às origens raciais no Brasil, enuncia-se o surgimento do racismo associado à escravidão, a uma questão "de sangue" ou "que vem pela linha dos descendentes", trazendo também uma perspectiva de evolução: "os brancos foram, com o tempo, ficando numa altura que os negros nunca iriam chegar".

Dentro de uma perspectiva mais histórico-crítica, o mito da democracia racial, ou seja, a idéia de que questões raciais não constituem um fator de exclusão (Skidmore, 1991), aparece nos discursos, que, num primeiro momento, enunciam a não-existência de diferenças entre raças e, em outros momentos e contextos, enunciam situações nas quais o preconceito racial se faz presente:

"Eu conheço uma menina que é negra, que foi ao supermercado para procurar um emprego e eles disseram que não havia pessoas negras trabalhando lá. Eles foram racistas com ela, mas eu acho que aqui na comunidade todo mundo é igual. A menina só ficou triste porque ela é de uma cor diferente, mas não deveria haver nenhuma diferença, para mim todo mundo tem que ser igual."

Ao mesmo tempo em que práticas sociais incluíram a raça como marcador identitário - no

momento em que se utilizam esses marcadores como regras de inclusão ou exclusão dos regimes de verdade impostos - as relações sociais engendradas nessas práticas excluem o negro.

A população brasileira é constituída por diversas raças, e a maior ou menor miscigenação entre elas resulta em novas raças (Maia, 1973). Por outro lado, devido à ausência de estudos qualitativos, dentre outros motivos, as diferenças raciais estiveram descaracterizadas em função dessa miscigenação, vindo, dessa forma, ao encontro do mito da democracia racial. Os movimentos sociais têm um papel importante na criação da necessidade de se pensar em termos de raça, visto que a emergência dessa categoria aponta para a tentativa de determinados grupos terem acesso aos bens sociais.

Quando se fala em desigualdades, ora eles se apropriam de um discurso, ora de outro, deslocamento esse que resulta, em diferentes momentos, em diferentes produções de sentidos em relação a esse tema. Ora é posto que existe uma igualdade racial no lugar onde vivem, o que produz uma descaracterização das diferenças raciais, ora determinadas situações são tomadas como discriminatórias.

A população brasileira sofreu um processo de assimilação do "embranquecimento" instituído como normal, ou seja, pessoas apropriam-se desse discurso, ao mesmo tempo em que alguns movimentos lutam no sentido da busca do reconhecimento de suas identidades raciais.

Pode-se perceber a positividade de enunciados tais como "moreninho(a)" como relacionalmente produzidos pela naturalização da pele como estatuto de classificação de modos de ser. Através dos recenseamentos nota-se o aumento do número de pessoas que se denominam "pardos(as)", ou seja, não-negros. Isso ocorre quando se tornam sujeitos de uma prática em que o embranquecimento os aproxima do instituído como normal.

Os discursos que enunciam a raça têm dois aspectos importantes: o primeiro é sobre a desigualdade racial; neste caso, a resistência é possibilidade de transformação dos marcadores identitários como forma de dizer e falar do modo como um indivíduo é e não é. O segundo é a construção de identidades raciais, dentro de uma história e cultura, na intersecção com as identidades de sexo, gênero e classe constituídos dentro de um contexto particular.

As questões raciais são, por vezes, associadas a temas abordados pela mídia, bem como à discriminação e às diferenças entre classes sociais.

Esses são ditos que enunciam a emergência da raça em diversos campos de utilização. Essa, por sua vez, é objetivada de forma diferente, de acordo com outros enunciados com os quais se relaciona.

A mídia é aqui entendida como uma extensão dos espaços e das relações que interpelam a construção das identidades, como mediadora de novas relações e instituição produtora de sentidos. Assim, os jovens passam a se apropriar não só de discursos construídos nos espaços da favela e através das relações que se estabelecem entre as pessoas que lá vivem, mas também através de discursos produzidos pela mídia. As "figuras" da mídia são objetivadas de forma diferente dos moradores da vila, mesmo que pertençam a grupos raciais e econômicos semelhantes.

Essas figuras passam a ser tomadas como forma de reforçar e valorizar a diferença, possibilitando resistência e luta pelo reconhecimento de uma identidade racial negra, pela imposição de outros sentidos: "*Existe um monte de artistas de TV que são negros; então, as pessoas aqui na escola começam a chamar as pessoas pelo nome do artista*". A interpelação apresenta-se não só pela forma através da qual os negros são falados na televisão, mas também pelo fato de serem falados.

A mídia possui um importante papel enquanto instituição produtora de discursos e, por conta disso, de sentidos, que se impõem, produzindo verdades. No entanto, embora atravessados pelos discursos midiáticos, os jovens resistem aos sentidos hegemônicos da mídia, à medida que não os tomam como verdadeiros. O preconceito que sofrem onde vivem, ou seja, aquilo que tomam como verdade, é confrontado com as situações apresentadas pela mídia:

"...Eu acho que não é só as pessoas normais que passam por isso (preconceito racial). Muitas pessoas famosas, como jogadores, principalmente. Acho que eles sofrem bastante, como é que eu vou dizer... preconceito."

Por outro lado, enunciam que as pessoas famosas não sofrem tanto preconceito quanto as "normais", pois "*...qualquer coisinha, podem botar na justiça*", objetivando os famosos como diferentes deles, pelo acesso que têm àquilo que eles não têm. Desse modo, se vêem numa condição destituída dos direitos de cidadão: as pessoas famosas têm acesso à justiça, eles não. O preconceito da sociedade é tomado como algo que contribui para que as informações veiculadas pela mídia sejam transmitidas de forma parcial, evidenciando que para eles existem outros regimes de verdade: "*... Eles (TV) não falam dos preconceitos*."

Falam, mas não mostram, assim no dia-a-dia.”; “...por causa dos preconceitos, que não querem divulgar tanto.” Assim, a televisão somente mostra “um dos lados da verdade”.

Araújo (2000), ao fazer uma análise das telenovelas brasileiras desde 1963, constata que elas “fecham os olhos” à característica multirracial do país: os atores negros quase sempre fazem papel de empregados, escravos ou malandros. Afirma, no entanto, que a partir da década de 90, uma mudança significativa aconteceu na telenovela brasileira, pois começou-se a dar maior destaque a personagens negros. Os novos enredos possibilitam a compreensão da riqueza social e cultural como condições de possibilidade para a emergência do negro nas telenovelas de um outro modo.

Alguns dos sentidos produzidos pela mídia são tidos como discriminatórios, por exemplo, a cena do filme na qual a idéia central era a de um pai contra o casamento de sua filha com um homem negro – brancos não poderiam se casar com negros. Esse exemplo ilustra sentidos que não são tomados como verdades, logo, constituem resistência a uma hegemonia discursiva: *“Não foi muito legal, eu acho, o que ele (pai da noiva) falou”;* *“Se ela (filha/noiva) gostava dele (noivo), (o pai) tinha que deixar, ora. É a vida dela.”*

Outra questão que emerge nos discursos é a da classe social enquanto fator de exclusão maior do que as diferenças raciais. Esta se aproxima do determinismo econômico, fundado a partir de uma perspectiva marxista. Atualmente, abre-se espaço para questionamentos em relação a esse enfoque, considerando a importância de outros marcadores, outras diferenças.

Alguns autores, como Skidmore (1991), justificam que as diferenças raciais estiveram incorporadas em vários grupos sociais. Essa incorporação pode ser compreendida no sentido de que práticas discursivas sobre a raça é que tornaram e tornam possível hoje ela ser objetivada de modo a não ser mais colada em categorias como classe social. De acordo com os relatos desse estudo, pôde-se observar que já existe um movimento de mudança nesse sentido, na medida em que se apropriam de enunciados tais como:

“Pessoas de cor clara têm a mesma dificuldade. Não é sempre um moreno, escuro assim, que tem dificuldade. Eu acho que não é por cor, a dificuldade.”

Ou ainda que *“...tem pessoas brancas, que também têm dificuldade de morar. Não é só moreno que tu encontra.”*

Essa produção de sentidos sobre raça também ilustra os processos de apropriação de determinados discursos e outros não. Dessa forma, a população sofreu uma assimilação do “embranquecimento”, que ao subjugar questões raciais à classe social, afirma a possibilidade de ascensão social, na medida em que o negro se apropria de comportamentos, costumes e discursos do branco. Nesse caso ele não é nem mais o negro vindo da África, nem tampouco o branco, mas um terceiro, processo que implica um cruzamento de fronteiras. Esse cruzamento diz respeito à desestabilização de determinadas identidades em função de um deslocamento, que envolve outros atravessamentos.

Alguns discursos postulam que a existência de diferenças raciais, por vezes agregada à classe social, não deveria constituir um fator de exclusão/discriminação, embora, muitas vezes, o seja:

“Em nossa vida nós convivemos com todos os tipos de pessoa, mas existem as pessoas brancas ricas que pensam que são melhores que nós, mas a gente não se importa porque a gente não se importa muito com a cor, mas com o que somos como pessoas.”

Aí aparecem outros estatutos de verdade, ou seja, outros tipos de normatividade para se reconhecerem e se observarem. Quando as diferenças raciais e a segregação são relacionadas à classe social, outros valores, não diretamente ligados a tais categorias, aparecem atravessados, como marcadores de modos de ser, por exemplo, o que se é como pessoa e não como raça ou classe social apenas:

“Os brancos são muito exibidos! Eles querem ser melhores do que nós, sabe. Eu tenho uma amiga que morava na vila, agora ela mora num apartamento legal num bairro legal. Sua família toda é branca e eles são muito exibidos; eles não gostam de pessoas negras.”

A partir dos temas desenvolvidos ao longo dessa seção, podemos compreender como a diferença se faz presente na construção de suas identidades, considerando a produção de novos discursos e a maneira como as relações raciais que se tecem interpelam essa construção. Podemos perceber esses aspectos nas citações abaixo.

“Eu acredito que nós somos todos iguais aqui, nós somos todos unidos. Eles tratam negros, brancos todos iguais, então não existe nenhuma diferença. Eu nunca vi racismo

aqui, nem mesmo na minha turma. Aqui na vila e também na comunidade eu nunca vi nenhum racismo, por isso ser negro ou branco é tudo a mesma coisa.”

“... a minha amiga foi no armazém e ela era morena...(...) ela pegou e olhou o preço de uma coisa e o dono já veio perguntar: ‘o que que tu quer’? ...Já acha que tá roubando.”

“Agora, lembrando assim, teve um tempo atrás, aconteceu isso aí comigo. Só que eu não fiquei quieto. Tem que colocar respeito. Eu acho que o negro, a pessoa morena assim, eu acho que tem que colocar respeito.”

As diferenças entre eles e as pessoas de fora, ou entre as que vivem na vila, são referidas como associadas a sua situação econômica, social e cultural e as suas diferenças raciais. Atitudes discriminatórias são tomadas como elemento que os faz pensar que o mundo desprivilegiado no qual moram não lhes permitirá se tornar alguém. Assim, o discurso da discriminação tem como correlato um discurso de cidadania, ou de falta dela. Por isso, vêem o fato de sair da favela como o único modo de adquirir direitos de exercer sua cidadania, pois ser “alguém” é ser algo que eles não são e que está fora do lugar onde vivem.

CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES: PRODUÇÃO DE SENTIDOS, BINARISMOS E DESNORMATIZAÇÕES

Nesse cenário, as identidades dos estudantes são construídas a partir da apropriação de determinados discursos, através dos quais atribuem novos sentidos e possibilidades de transformações que implicam práticas políticas, entendidas aqui como as lutas em uma sociedade pela imposição de sentidos. Enunciam os conflitos que são experimentados no seu dia-a-dia na favela - ao mesmo tempo em que, em alguns momentos, lutam contra imagens discriminatórias das pessoas de fora da favela, e em outros, se apropriam de sentidos que dividem os habitantes da favela entre "trabalhadores" e marginais, honestos e bandidos, calmos e violentos.

Esses binarismos são construídos no tecido social e são tomados como verdades por eles; não são naturais, mas emergem e adquirem sentido quando esses se posicionam na rede discursiva enunciando os efeitos dessas práticas discursivas, pois forjam identidades, forjam os modos de eles serem e se pensarem.

O que tentamos mostrar com este estudo é o papel das Políticas de Identidade na emergência de novas práticas discursivas, que produzem novas identidades – aqui, voltadas para a identidade racial – e, por conta disso, diferentes modos de eles e elas se pensarem e pensarem o mundo em que vivem. Assim, travam lutas pela imposição de outros sentidos que os atravessam, desnaturalizando as identidades culturais ao desestabilizá-las nos e pelos movimentos de migração e cruzamento de fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, J.Z. (2000). *A Negação do Brasil: o negro na telenovela*. São Paulo: SENAC.
- Escosteguy, A.C. (2000). Estudos Culturais: uma introdução. Em T.T. Silva (Ed.), *O que é, afinal, Estudos Culturais?* (pp. 133-166). Belo Horizonte: Autêntica.
- Fischer, R.M. (2001). *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em H. Dreyfus e P. Rabinow (Orgs.). *Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-149) Rio de Janeiro: Forense.
- Guareschi, N. (1999). Políticas de Identidade: uma breve concepção. *Revista Educação*. ed. Especial, XXII, No. 39, 7-26.
- Guareschi, N. (2000, jan./dez.). Políticas de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*. 12 (1-2), 110-124.
- Guareschi, N. & Bruschi, M. (no prelo). *Psicologia Social nos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (1980). Cultural Studies and the Centre: some problematics and problems. Em S. Hall, D. Hobson, A. Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language – working papers in cultural studies* (pp. 1972-1979). Londres: Routledge e Centre for Contemporary Cultural Studies/University of Birmingham.
- Hall, S. (1986). Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity. *Journal of Communication Inquiry*. 10 (2), 5-27.
- Hall, S. (1990). Cultural Identity and Diaspora. Em R. Jonathan (Ed.), *Identity: community, culture, difference* (pp. 222-237). Londres: Lawrence & Wishart.
- Hall, S. (1996). Cultural studies and the politics of internationalization: an interview with Stuart Hall by Kuan-Hsing Chen. Em D. Morley & K. Chen (Eds.), *Stuart Hall - Critical Dialogues in Cultural Studies* (pp. 392-408) Londres/Nova York: Routledge.
- Hall, S. (1997 jul./dez.). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*. 15-46.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? Em T. T. Silva (Ed.), *Identidade e Diferença* (pp. 103-133). Petrópolis: Vozes.
- Johnson, R. (1986). The story so far: and further transformations. Em D. Punter (Ed.), *Introducion to*

- Contemporary Cultural Studies* (pp. 277-313). Londres: Longman.
- Maia, N.F. (1973). *Brasil: laboratório racial*. Petrópolis: Vozes.
- Nelson, C., Treichler, P., Grossberg, L. (1995). Estudos Culturais: uma introdução. Em T.T. Silva (Ed.), *Alienígenas na sala de aula* (pp. 7-38). Petrópolis: Vozes.
- Silva, T.T. (1999). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2 ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Silva, T.T. (2000). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes.
- Skidmore, T.E. (1991, novembro). Fato e Mito: descobrindo um problema racial no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. 79, 5-16.
- Spink, M.J., Frezza, R.M. (1999). Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. Em M.J. Spink (Ed.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-41). São Paulo: Cortez.

Recebido em 26/11/2001

Revisado em 23/08/2002

Aceito em 30/10/2002